

**REGULAMENTO DO****BNP PARIBAS CAMARO FUNDO DE INVESTIMENTO – RENDA FIXA PREVIDENCIÁRIO (“FUNDO”)**

CNPJ/MF nº 17.329.754/0001-92

I - CONDIÇÕES ESPECÍFICAS**OBJETIVO DO FUNDO**

O objetivo precípua do **FUNDO** é atuar no sentido de proporcionar a seus cotistas valorização de suas cotas mediante aplicações de recursos financeiros em carteira diversificada de ativos financeiros. O **FUNDO** deverá possuir, no mínimo, 80% (oitenta por cento) da carteira em ativos relacionados diretamente, ou sintetizados via derivativos, aos principais fatores de risco da carteira do **FUNDO** representados pela variação da taxa de juros doméstica ou índice de preços, ou ambos.

*Mais informações no Artigo 3º do Regulamento.

CARACTERÍSTICAS DO FUNDO

Condomínio: **Aberto**

Prazo de Duração: **Indeterminado**

Classe CVM: **Renda Fixa**

Classificação Anbima: **Renda Fixa**

Duração Alta Grau de Investimento

Investimento no Exterior: **Não**

*Mais informações no Capítulo III do Regulamento.

FATORES DE RISCO

Variação de Taxa de Juros e Índice de Preços, Mercado, Crédito, Liquidez, Derivativos, Concentração por Emissor, Regulatório e Cambial.

*Mais informações no Capítulo IV do Regulamento.

PÚBLICO ALVO

Investidor: **Profissional**

Restrito: **Sim**

Exclusivo: **Sim**

*Mais informações no Capítulo II do Regulamento.

PRESTADORES DE SERVIÇOS

Administrador: **BANCO BNP PARIBAS BRASIL S.A.**, com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Av. Presidente Juscelino Kubitschek, nº 510, 1º, 10º a 14º andares, inscrito no CNPJ/MF sob nº 01.522.368/0001-82, devidamente autorizado a funcionar no país através da Autorização de Funcionamento nº 96.00639119, datada de 16 de outubro de 1996, e autorizada a prestar os serviços de administração de carteiras de ativos financeiros por meio do Ato Declaratório CVM nº 4.448, de 21 de agosto de 1997 (“**ADMINISTRADOR**”).

Gestora: **BNP Paribas Asset Management Brasil Ltda.**, com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Av. Presidente Juscelino Kubitschek, nº 510, 14º andar, inscrita no CNPJ/MF sob nº 02.562.663/0001-25, devidamente autorizada a prestar os serviços de administração de carteiras de ativos financeiros por meio do Ato Declaratório CVM nº 5.032, datado de 03 de setembro de 1998 (“**GESTORA**”).

Custodia, Escrituração, Controladoria e Tesouraria: **BANCO BRADESCO S.A.**, instituição financeira com sede na Cidade de Deus, Avenida Yara, s/n, Cidade de Osasco, Estado de São Paulo, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 60.746.948/0001-12

Distribuição: **ADMINISTRADOR**

Auditor Independente: **Pricewaterhouse Coopers Auditores Independentes**, com sede na Cidade de São Paulo, Cidade de São Paulo, na Avenida Francisco Matarazzo, 1400, 09º ao 10º e 13º ao 17º andares, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 61.562.112/0001-20

**MOVIMENTAÇÃO**Aplicação Mínima Inicial: R\$1.000.000,00Aplicação Máxima Inicial: N/AMovimentação Mínima: N/ASaldo Mínimo de Permanência: N/A**Horários:**Aplicação: 17:30 horasResgate: 17:00 horas**INTEGRALIZAÇÃO E RESGATE EM ATIVOS FINANCEIROS**Possibilidade: Sim**TRIBUTAÇÃO**Tipo: Não perseguirá nenhum tipo.

* Mais informações no Capítulo IX do Regulamento.

DOCUMENTOS OBRIGATÓRIOSTermo de Adesão e Ciência de Riscos: SimRegulamento: SimDemonstração de Desempenho: NãoFormulário de Informações Complementares: SimLâmina de Informações Essenciais: Não**EXERCÍCIO SOCIAL**Início do período: 01 de setembroTérmino do período: 31 de agosto

* Mais informações no Capítulo VIII do Regulamento.

EMIÇÃO E RESGATETipo de Cota do Fundo: Fechamento

Aplicação	Disponibilidade dos Recursos	Cota de conversão
	D+0 No dia da solicitação	D+0 No dia da solicitação
Resgate	Cota de Conversão	Pagamento / Crédito em Conta
	D+2 No 2º (segundo) dia útil da solicitação	D+3 No 3º (terceiro) dia útil seguinte ao da solicitação

* Mais informações no Capítulo VII do Regulamento.

REMUNERAÇÃOTaxa de Administração Escalonada:

Patrimônio Líquido	Taxa
Até R\$ 120 MM	0,11% a.a.
Acima de R\$ 120MM e R\$ 240MM, inclusive	0,09% a.a.
Acima de R\$ 240MM	0,07% a.a.

Taxa de Ingresso: N.A.Taxa de Saída: N.A.Taxa Máxima de Custódia: 0,04%

* Mais informações no Capítulo V do Regulamento.

INFORMAÇÕES ADICIONAISAs aplicações realizadas no **FUNDO** não contam com garantia do **ADMINISTRADOR** e/ou do **GESTOR**, ou de qualquer mecanismo de seguro ou, ainda do Fundo Garantidor de Créditos – FGC.Informações mais detalhadas sobre o **FUNDO** podem ser obtidas mediante consulta ao Formulário de Informações Complementares.**SERVIÇO DE ATENDIMENTO AO COTISTA**Endereço: Sede do Administrador, Av. Presidente Juscelino Kubitschek, nº 510, 1º, 10º a 14º andaresTelefone: 0800-771-5999 / E-mail: ouvidoria@br.bnpparibas.comForma de comunicação para a divulgação das informações: Preferencialmente Eletrônica

* Mais informações no Capítulo IX do Regulamento.

**POLÍTICA DE INVESTIMENTO**

Conselho Consultivo de Investimentos: **Não**

Instrumentos Derivativos:

Possibilidade: **Sim**

Proteção da Carteira (hedge): **Sim**

Assunção de Risco: **Sim, limitado a 100% do patrimônio, realizado na modalidade "com garantia"**

Permite Alavancar: **Não**

Investimento em Crédito Privado: **Não poderá ser superior a 50% do Patrimônio Líquido.**

* Mais informações no Capítulo III do Regulamento.

ATIVOS FINANCEIROS RELACIONADOS AO ADMINISTRADOR

Ativos Financeiros de emissão do **ADMINISTRADOR** e/ou do **GESTORA**, ou de empresas a eles ligadas:

Possibilidade: **Sim**

Limite: **20% do PL**

Cotas de fundos de investimentos administrados e/ou geridos pelo **ADMINISTRADOR** e/ou pela **GESTORA**, ou de empresas a eles ligadas:

Possibilidade: **Sim**

% Total do PL: **100**

* Mais informações no Artigo 6º, Parágrafo Primeiro do Regulamento.

LIMITES DE CONCENTRAÇÃO POR EMISSOR

Emissor	Limite Máximo (sobre o Patrimônio Líquido)
Instituição financeira autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil;	20%
Companhia aberta;	10%
Fundo de investimento;	100%
Um único fundo de investimento	100%
Pessoa natural ou pessoa jurídica de direito privado que não seja companhia aberta ou instituição financeira autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil;	5%
União federal.	100%



LIMITES POR MODALIDADE DE ATIVO			
Ativo	Percentagem sobre o Patrimônio Líquido		
	Mínimo Individual	Máximo Individual	Máximo para o Conjunto
Ativos relacionados diretamente, ou sintetizados via derivativos, aos principais fatores de risco da carteira do FUNDO representados pela variação da taxa de juros doméstica ou índice de preços, ou ambos.	80%	100%	100%
Cotas de Fundos de Investimentos e cotas de fundos de investimentos em cotas de fundos de investimentos registrados com base na Instrução CVM nº 555/14	0%	100%	100%
Cotas de Fundos de Investimento Imobiliário – FII	0%	100%	
Cotas de Fundos de Investimento em Direitos Creditórios – FIDC	0%	100%	
Cotas de Fundos de Investimento em Cotas de Fundos de Investimento em Direitos Creditórios – FIC-FIDC	0%	100%	
Cotas de fundos de índice admitidos à negociação em bolsa de valores ou no mercado de balcão organizado	0%	100%	
Certificados de Recebíveis Imobiliários – CRI	0%	100%	
Ouro, desde que adquirido ou alienado em negociações realizadas em bolsas de mercadorias e futuros	0%	100%	
Valores mobiliários diversos, desde que registrados na CVM e objeto de oferta pública de acordo com a Instrução CVM nº 400, de 2003, observado, ainda, o disposto no §4º do artigo 103 da Instrução CVM nº 555/14 e alterações posteriores	0%	100%	
Contratos derivativos, exceto se referenciados nos ativos listados acima	0%	100%	

VEDAÇÕES ADICIONAIS

O **FUNDO** está sujeito às regras que regem as aplicações de recursos dos planos de benefícios instituídos pelas Entidades Fechadas de Previdência Complementar, em particular à Resolução nº 3.792, de 24 de setembro de 2009, do Conselho Monetário Nacional, e suas posteriores alterações, e Política de Investimentos da Entidade, cabendo ao cotista o controle e consolidação dos limites de alocação e concentração das posições consolidadas dos recursos do plano, estabelecidos pela regulamentação aplicável a tais entidades.

O **FUNDO** não poderá deter ativos financeiros considerados de renda variável, com exceção de operações que resultem em rendimento de taxa de juros pré fixada.

O **FUNDO** não poderá realizar operações que o exponham à variação cambial

O **FUNDO** não poderá deter ativos financeiros negociados no exterior.



II- CONDIÇÕES GERAIS

CAPÍTULO I DO FUNDO

Artigo 1º - O **FUNDO** será regido pelo presente regulamento ("Regulamento"), bem como pelas disposições legais e regulamentares que lhe forem aplicáveis.

CAPÍTULO II DO PÚBLICO ALVO

Artigo 2º– O **FUNDO** é destinado aos cotistas definidos no Quadro "**Público Alvo**", conforme consta das "Condições Específicas" deste Regulamento.

Parágrafo Único - O enquadramento do cotista descrito no artigo 2º será verificado, pelo **ADMINISTRADOR**, no ato do ingresso do cotista.

CAPÍTULO III DA POLÍTICA DE INVESTIMENTO E DIVERSIFICAÇÃO DA CARTEIRA

Artigo 3º – O objetivo do **FUNDO** é proporcionar a seus cotistas valorizações de suas cotas, mediante aplicações de recursos financeiros em carteira diversificada de ativos financeiros ("Ativos Financeiros"). A alocação do **FUNDO** deverá obedecer as limitações descritas nos Quadros "**Limites de Concentração por Emissor**" e "**Limites por Modalidade de Ativo**", nas "Condições Específicas" deste Regulamento, e na regulamentação em vigor, principalmente no que tange a categoria a que o **FUNDO** pertence.

Parágrafo Primeiro – Os Ativos Financeiros cuja liquidação possa se dar por meio da entrega de produtos, mercadorias ou serviços deverão:

I – ser negociados em mercado organizado que garanta sua liquidação;

II – ser objeto de contrato que assegure ao **FUNDO** o direito de sua alienação antes do vencimento, com garantia de instituição financeira ou de sociedade seguradora, observada, neste último caso, a regulamentação da Superintendência de Seguros Privados – SUSEP.

Parágrafo Segundo – Somente poderão compor a carteira do **FUNDO** Ativos Financeiros que sejam registrados em sistema de registro, objeto de custódia ou objeto de depósito central, em todos os casos junto a instituições devidamente autorizadas pelo Banco Central do Brasil ("Bacen") ou pela CVM para desempenhar referidas atividades, nas suas respectivas áreas de competência, salvo cotas de fundos de investimento aberto registrados na CVM.

Parágrafo Terceiro – O registro a que se refere o Parágrafo Segundo deste Artigo deverá ser realizado em contas de depósito específicas, abertas diretamente em nome do **FUNDO**.

Parágrafo Quarto - Para fins do presente Regulamento, consideram-se como Ativos Financeiros:

- I- títulos da dívida pública;
- II- contratos derivativos;



III- desde que a emissão ou negociação tenha sido objeto de registro ou de autorização pela CVM, ações, debêntures, bônus de subscrição, cupons, direitos, recibos de subscrição e certificados de desdobramentos, certificados de depósito de valores mobiliários, cédulas de debêntures, cotas de fundos de investimento, notas promissórias, e quaisquer outros valores mobiliários, que não os referidos no inciso IV;

IV- títulos ou contratos de investimento coletivo, registrados na CVM e ofertados publicamente, que gerem direito de participação, de parceria ou de remuneração, inclusive resultante de prestação de serviços, cujos rendimentos advêm do esforço do empreendedor ou de terceiros;

V- certificados ou recibos de depósitos emitidos no exterior com lastro em valores mobiliários de emissão de companhia aberta brasileira;

VI- o ouro, ativo financeiro, desde que negociado em padrão internacionalmente aceito;

VII- quaisquer títulos, contratos e modalidades operacionais de obrigação ou coobrigação de instituição financeira; e

VIII- warrants, contratos mercantis de compra e venda de produtos, mercadorias ou serviços para entrega ou prestação futura, títulos ou certificados representativos desses contratos e quaisquer outros créditos, títulos, contratos e modalidades operacionais.

Artigo 4º- São considerados ativos financeiros no exterior os ativos financeiros negociados no exterior que tenham a mesma natureza econômica dos ativos financeiros no Brasil.

Parágrafo Primeiro- Caso o **FUNDO** tenha sido indicado nas "Condições Específicas" deste Regulamento, no Quadro "**Política de Investimento**" a possibilidade de "**Investimento no Exterior**", é permitido ao **FUNDO** o investimento em ativos financeiros no exterior, desde que, obervem ao menos, uma das condições:

I – ser registrados em sistema de registro, objeto de escrituração de ativos, objeto de custódia ou objeto de depósito central, em todos os casos, por instituições devidamente autorizados em seus países de origem e supervisionados por autoridade local reconhecida; ou

II – ter sua existência diligentemente verificada pelo **ADMINISTRADOR** ou pelo **CUSTODIANTE** do **FUNDO** e desde que tais ativos sejam escriturados ou custodiados, em ambos os casos, por entidade devidamente autorizada para o exercício da atividade por autoridade de países signatários do Tratado de Assunção ou em outras jurisdições, desde que, neste último caso, seja supervisionada por autoridade local reconhecida.

Parágrafo Segundo- Caso tenha sido indicado nas "Condições Específicas" deste Regulamento, no Quadro "**Política de Investimento**" a possibilidade de "**Investimento no Exterior**", o **ADMINISTRADOR** deve certificar-se de que o custodiante ou escriturador do fundo ou veículo de investimento no exterior possui estrutura, processos e controles internos adequados para desempenhar as seguintes atividades:

I- prestar serviço de custódia ou escrituração de ativos, conforme aplicável;

II- executar sua atividade com boa fé, diligência e lealdade, mantendo práticas e procedimentos para assegurar que o interesse dos investidores prevaleça sobre seus próprios interesses ou de pessoas a ele vinculadas;

III- realizar a boa guarda e regular movimentação dos ativos mantidos em custódia ou, no caso de escrituradores, atestar a legitimidade e veracidade dos registros e titularidade dos ativos; e

IV- verificar a existência, a boa guarda e a regular movimentação dos ativos integrantes da carteira do fundo ou veículo de investimento no exterior.



Parágrafo Terceiro - Caso tenha sido indicado nas "Condições Específicas" deste Regulamento, no Quadro "Política de Investimento" a possibilidade de "Investimento no Exterior", o **FUNDO** só estará autorizado a realizar operações com derivativos no exterior caso tais operações observem, ao menos, uma das seguintes condições:

I – sejam registradas em sistemas de registro, objeto de escrituração, objeto de custódia; ou registradas em sistema de liquidação financeira, em todos os casos, por sistemas devidamente autorizados em seus países de origem e supervisionados por autoridade local reconhecida;

II – sejam informadas às autoridades locais;

III – sejam negociadas em bolsas, plataformas eletrônicas ou liquidadas por meio de contraparte central; ou

IV – tenham, como contraparte, instituição financeira ou entidades a ela filiada e aderente às regras do Acordo da Basileia, classificada como de baixo risco de crédito, na avaliação do gestor, e que seja supervisionada por autoridade local reconhecida.

Artigo 5º- O **FUNDO** deverá observar os limites de concentração por emissor, definidos no Quadro "Limites de Concentração por Emissor", nas "Condições Específicas" deste Regulamento.

Parágrafo Primeiro - Os limites de concentração por emissor indicados no Quadro "Limites de Concentração por Emissor" nas "Condições Específicas" deste Regulamento, não se aplicam aos investimentos realizados pelo **FUNDO** em: (i) ativos financeiros no exterior; (ii) ações admitidas à negociação em bolsa de valores ou entidade de mercado de balcão organizado; (iii) bônus ou recibos de subscrição e certificados de depósitos de ações; (iv) cotas de Fundos de Investimento de Ações e cotas de Fundos de Índice de ações; e (v) Brazilian Depositary Receipts, classificados como nível II e III. **O FUNDO pode estar exposto a significativa concentração em ativos de poucos emissores, com os riscos daí decorrentes.**

Parágrafo Segundo- O valor das posições do **FUNDO** em contratos derivativos é considerado no cálculo dos limites estabelecidos neste Artigo, cumulativamente, em relação:

I – ao emissor do ativo subjacente; e

II – à contraparte, quando se tratar de derivativos sem garantia de liquidação por câmaras ou prestadores de serviços de compensação e de liquidação autorizados a funcionar pelo Banco Central do Brasil ou pela CVM.

Artigo 6º- Cumulativamente aos limites por emissor, o **FUNDO** observará os limites de concentração por modalidade de ativo financeiro, definidos nos Quadros "Limites por Modalidade de Ativo", nas "Condições Específicas" deste Regulamento, com relação aos Ativos Financeiros, sem prejuízo das normas aplicáveis à sua classe.

Parágrafo Primeiro - O **FUNDO** poderá deter parte de seu patrimônio líquido em títulos ou valores mobiliários de emissão do **ADMINISTRADOR**, da **GESTORA** ou de empresas a eles ligadas, no limite estabelecido no Quadro "Ativos Financeiros Relacionados ao Administrador", nas "Condições Específicas" deste Regulamento, sendo vedada a aquisição de ações de emissão do **ADMINISTRADOR**.



Parágrafo Segundo- Caso tenha sido indicado, nas “Condições Específicas” deste Regulamento, no Quadro “**Política de Investimento**” a possibilidade de “**Investimento em Crédito Privado**” em percentual acima de 50% (cinquenta por cento) do patrimônio líquido do **FUNDO**, os cotistas devem estar cientes de que o **FUNDO** poderá realizar aplicações em quaisquer ativos ou modalidades operacionais de responsabilidade de pessoas físicas ou jurídicas de direito privado ou de emissores públicos outros que não a União Federal que, em seu conjunto, exceda o percentual de 50% (cinquenta por cento) de seu patrimônio líquido.

Parágrafo Terceiro – Para efeitos deste Regulamento:

I – os ativos financeiros negociados em países signatários do Tratado de Assunção equiparam-se aos ativos financeiros negociados no mercado nacional;

II – os BDR classificados como nível I equiparam-se aos ativos financeiros no exterior, exceto quando o **FUNDO** atender aos requisitos do Parágrafo 3º do artigo 115 da Instrução CVM nº 555/14; e

III – as cotas dos fundos da classe “Ações – BDR Nível I” equiparam-se aos ativos financeiros no exterior, exceto quando o fundo investidor atender aos requisitos do Parágrafo 3º do artigo 115 da Instrução CVM nº 555/14.

Parágrafo Quarto – O **ADMINISTRADOR** e a **GESTORA** estão autorizados a atuar, direta ou indiretamente, como contraparte em operações da carteira do **FUNDO**.

Artigo 7º - Os limites referidos neste Capítulo, descritos nas “Condições Específicas” deste Regulamento, serão cumpridos diariamente, com base no patrimônio líquido do **FUNDO** com no máximo 1 (um) dia útil de defasagem.

CAPÍTULO IV DOS FATORES DE RISCO

Artigo 8º – Antes de tomar uma decisão de investimento no **FUNDO**, o potencial investidor deve considerar cuidadosamente, tendo em vista sua própria situação financeira e seus objetivos de investimento, todas as informações disponíveis neste Regulamento e, em particular, avaliar os principais fatores de risco descritos abaixo, aos quais os investimentos do **FUNDO** estão sujeitos:

I - **Risco de Variação de Taxa de Juros e Índices de Preços:** Tendo em vista que os **FUNDO** aplica seus recursos, direta ou indiretamente, ou sintetizadas via derivativos, em ativos financeiros classificados como renda fixa, o **FUNDO** tem como principal fator de risco a variação da taxa de juros e a variação de índice de preços, embora também esteja exposto a outros riscos.

II - **Risco de Mercado:** consiste na variação dos preços dos ativos decorrentes das condições de mercado quando de sua negociação. Como o **FUNDO** contabiliza seus ativos pelo “valor de mercado”, poderá haver variação expressiva no preço dos títulos entre a data de sua emissão ou aquisição e a de resgate ou vencimento. As oscilações poderão ocorrer em função da reação dos mercados frente a notícias econômicas e políticas, tanto no Brasil como no exterior, podendo ainda responder a notícias específicas a respeito dos emissores dos ativos da carteira do **FUNDO**. Nessas circunstâncias, o patrimônio líquido do **FUNDO** pode ser afetado negativamente. A queda dos preços dos ativos integrantes da carteira pode ser temporária, não existindo, no entanto, garantia de que não se estendam por períodos longos e/ou indeterminados. Em determinados momentos de mercado, a volatilidade dos preços dos ativos, passivos e dos derivativos pode ser elevada, podendo acarretar oscilações bruscas no resultado do **FUNDO**.



III - **Risco de Crédito**: consiste no risco de inadimplência por parte das contrapartes e dos emissores dos títulos componentes da carteira do **FUNDO**, não cumprirem suas obrigações de pagar tanto o principal como os respectivos juros de suas dívidas, podendo resultar em perda dos rendimentos e do capital investido pelo **FUNDO**. Alterações nas condições financeiras dos emissores dos títulos e/ou na percepção que os investidores têm sobre tais condições, bem como alterações nas condições econômicas e políticas que possam comprometer a sua capacidade de pagamento, podem trazer impactos significativos em termos de preços e liquidez dos ativos desses emissores. Mudanças na percepção da qualidade dos créditos dos emissores, mesmo que não fundamentadas, poderão trazer impactos nos preços dos títulos, comprometendo também sua liquidez. O **FUNDO** poderá ainda incorrer em risco de crédito na liquidação das operações realizadas por meio de corretoras e distribuidoras de valores mobiliários.

IV - **Risco de Liquidez**: é caracterizado pela redução acentuada ou mesmo pela falta de demanda pelos ativos componentes da carteira do **FUNDO**, dificultando ou impedindo a venda de posições pela **GESTORA** no preço e no momento desejado. A ausência e/ou diminuição da "liquidez" pode produzir perdas para o **FUNDO** e/ou a incapacidade, pelo **FUNDO**, de liquidar e/ou precificar adequadamente determinados ativos.

VI - **Risco de Derivativos**: os derivativos são contratos de liquidação futura que podem apresentar, durante períodos de tempo indeterminado, comportamento diversos dos ativos nos quais são referenciados, visto que seu preço é decorrente de diversos fatores baseados em expectativas futuras. Adicionalmente, os derivativos são negociados em bolsas ou em mercado de balcão, que significa para o **FUNDO** (i) a necessidade de manter parte de sua carteira de títulos depositada em margens de garantia, inclusive sujeito a chamadas adicionais de margens; e (ii) a vinculação dos eventuais valores a receber destes contratos aos sistemas de garantias das bolsas ou dos contratos de balcão em que o **FUNDO** for contraparte.

VII - **Risco de Concentração por Emissor**: o **FUNDO** pode estar exposto à significativa concentração, respectivamente, em ativos de um mesmo emissor ou em determinadas modalidades de ativos, observadas as disposições constantes da regulamentação em vigor. A concentração da carteira do **FUNDO** acarreta o comprometimento de uma parcela maior de seu patrimônio em ativos de um único ou de poucos emissores ou em uma única ou em poucas modalidades de ativos, potencializando, desta forma, o risco nas hipóteses, respectivamente, de inadimplemento dos emissores dos ativos integrantes da carteira do **FUNDO** e/ou intermediários das operações realizadas na carteira do **FUNDO** ou de desvalorização dos referidos ativos.

VIII - **Risco Regulatório**: as eventuais alterações nas normas ou leis aplicáveis ao **FUNDO** podem causar um efeito adverso relevante no preço dos ativos e/ou na performance das posições financeiras adquiridas pelo **FUNDO**. Pode, inclusive, haver alteração da regra tributária, criação de novos tributos, interpretação diversa da atual sobre a incidência de quaisquer tributos ou, ainda, da revogação de isenções vigentes, sujeitando o **FUNDO** ou seus cotistas a novos recolhimentos não previstos inicialmente.

IX – **Risco Cambial**: as condições econômicas nacionais e internacionais podem afetar o mercado resultando em alterações nas taxas de juros e câmbio, nos preços dos papéis e nos Ativos Financeiros em geral, sendo que tais variações podem afetar o desempenho do **FUNDO**.

Parágrafo Único – Além dos riscos acima, o **FUNDO** poderá estar sujeito a outros riscos inerentes à aplicação em Ativos Financeiros em geral que podem afetar adversamente o desempenho do **FUNDO** e suas características operacionais.

Artigo 9º - Não obstante a diligência do **ADMINISTRADOR** em colocar em prática a política de investimento delineada neste Capítulo, os investimentos do **FUNDO**, por sua própria natureza, estarão



sempre sujeitos a flutuações do mercado e a riscos de crédito, não podendo o **ADMINISTRADOR**, em hipótese alguma, ser responsabilizado por eventual depreciação dos ativos da carteira ou prejuízo em caso de liquidação do **FUNDO** ou resgate de cotas.

CAPÍTULO V DA REMUNERAÇÃO AOS PRESTADORES DE SERVIÇO DO FUNDO

Artigo 10 - O **ADMINISTRADOR** receberá a título de taxa de administração, pela prestação de seus serviços de administração, salvo os serviços de custódia e auditoria independente, a remuneração descrita no Quadro "**Remuneração**", item "**Taxa de Administração**", nas "**Condições Específicas**" deste Regulamento.

Parágrafo Único - A Taxa de Administração será calculada e provisionada diariamente, tendo como base o patrimônio líquido do 1º (primeiro) dia útil imediatamente anterior, com a aplicação da fração de 1/252 (um duzentos e cinquenta e dois avos), por dias úteis, e apropriada até o 5º (quinto) dia útil do mês subsequente.

Artigo 11- O **CUSTODIANTE** receberá do **FUNDO**, a título de taxa de custódia, a remuneração descrita no Quadro "**Remuneração**", item "**Taxa de Máxima de Custódia**", nas "**Condições Específicas**" deste Regulamento.

Parágrafo Único - A Taxa Máxima de Custódia será calculada e provisionada diariamente, sendo paga mensalmente, até o 5º (quinto) dia útil do mês subsequente ao vencido.

Artigo 12- A cobrança de Taxa de Ingresso e Taxa de Saída serão indicadas, se existentes, no Quadro "**Remuneração**", nas "**Condições Específicas**" deste Regulamento.

CAPÍTULO VI DOS ENCARGOS DO FUNDO

Artigo 13 - Constituem encargos do **FUNDO** as seguintes despesas, que lhe podem ser debitadas diretamente:

I – taxas, impostos ou contribuições federais, estaduais, municipais ou autárquicas, que recaiam ou venham a recair sobre os bens, direitos e obrigações do **FUNDO**;

II – despesas com o registro de documentos em cartório, impressão, expedição e publicação de relatórios e informações periódicas previstas na Instrução CVM nº 555/14;

III – despesas com correspondências de interesse do **FUNDO**, inclusive comunicações aos cotistas;

IV – honorários e despesas do auditor independente;

V – emolumentos e comissões pagas por operações do **FUNDO**;

VI – honorários de advogado, custas e despesas processuais correlatas, incorridas em razão de defesa dos interesses do **FUNDO**, em juízo ou fora dele, inclusive o valor da condenação imputada ao **FUNDO**, se for o caso;

VII – parcela de prejuízos não coberta por apólices de seguro e não decorrente diretamente de culpa ou dolo dos prestadores dos serviços de administração no exercício de suas respectivas funções;



VIII – despesas relacionadas, direta ou indiretamente, ao exercício de direito de voto decorrente de ativos financeiros do **FUNDO**;

IX – despesas com liquidação, registro, e custódia de operações com títulos e valores mobiliários, ativos financeiros e modalidades operacionais;

X – despesas com fechamento de câmbio, vinculadas às suas operações ou com certificados ou recibos de depósito de valores mobiliários;

XI – a taxa de administração;

XII – os montantes devidos a fundos investidores na hipótese de acordo de remuneração com base na taxa de administração e/ou performance; e

XIII – honorários e despesas relacionadas à atividade de formador de mercado.

Parágrafo Único - Quaisquer despesas não previstas como encargos do **FUNDO** correm por conta do **ADMINISTRADOR**, devendo ser por ele incorridas.

CAPÍTULO VII DA EMISSÃO E RESGATE DE COTAS

Artigo 14 - As cotas do **FUNDO** correspondem a frações ideais de seu patrimônio, são escriturais, nominativas, e conferem iguais direitos e obrigações aos cotistas.

Artigo 15 - A cota do **FUNDO** não poderá ser objeto de cessão ou transferência, exceto nos casos de decisão judicial ou arbitral, operações de cessão fiduciária, execução de garantia, sucessão universal, dissolução de sociedade conjugal ou união estável por via judicial ou escritura pública que disponha sobre a partilha de bens e transferência de administração ou portabilidade de planos de previdência.

Parágrafo Único- É facultado ao **ADMINISTRADOR** suspender, a qualquer momento, novas aplicações no **FUNDO**, desde que tal suspensão se aplique indistintamente a novos investidores e cotistas atuais. A suspensão do recebimento de novas aplicações em um dia não impede a reabertura posterior do **FUNDO** para aplicações.

Artigo 16 - Na emissão das cotas do **FUNDO** deve ser utilizado o valor da cota do dia indicado nas "Condições Específicas" deste Regulamento, no Quadro "**Emissão e Resgate**".

Artigo 17 – Caso tenha sido indicado nas "Condições Específicas" deste Regulamento, no Quadro "**Emissão e Resgate**", no item "**Tipo de Cota do Fundo**", que o **FUNDO** adota a cota de "Abertura", o valor da cota do dia será o resultante da divisão do valor do patrimônio líquido pelo número de cotas do **FUNDO**, apurados, ambos, no encerramento do dia imediatamente anterior, assim entendido, o horário de fechamento dos mercados em que o **FUNDO** atue, com a respectiva atualização por um dia. Nessa hipótese os eventuais ajustes decorrentes das movimentações ocorridas durante o dia deverão ser lançados contra o patrimônio do **FUNDO**.

Parágrafo Único – Caso tenha sido indicado nas "Condições Específicas" deste Regulamento, no Quadro "**Emissão e Resgate**", no item "**Tipo de Cota do Fundo**", que o **FUNDO** adota a cota de "Fechamento", o valor da cota do dia será o resultante da divisão do valor do patrimônio líquido pelo número de cotas do



FUNDO, apurados, ambos, no encerramento do mesmo dia, assim entendido, o horário de fechamento dos mercados em que o **FUNDO** atue.

Artigo 18 – As condições de aplicação e o resgate de cotas do **FUNDO** serão definidas conforme descrito no Quadro “**Emissão e Resgate**” constante das “Condições Específicas” deste Regulamento.

Parágrafo Primeiro – Para transmissão de ordens de aplicação e resgate de cotas do **FUNDO**, os cotistas utilizarão os meios colocados à disposição pelo **ADMINISTRADOR** para tal finalidade e de acordo com o Quadro “**Movimentação**” constante das “Condições Específicas” deste Regulamento.

Parágrafo Segundo – O **ADMINISTRADOR** e a **GESTORA** poderão gravar toda e qualquer ligação telefônica com os cotistas, bem como utilizar referidas gravações para efeito de prova, em juízo ou fora dele, das ordens transmitidas e das demais informações nelas contidas.

Parágrafo Terceiro – A solicitação de aplicações e resgates de recursos no **FUNDO** somente será considerada a realizada na data da efetiva solicitação, se efetuada até o horário definido no Quadro “**Movimentação**”, no item “**Horários**”, nas “Condições Específicas” deste Regulamento. A solicitação de aplicações e resgates feitas após referido horário limite será considerada, automaticamente, como solicitada no 1º (primeiro) dia útil subsequente ao do pedido.

Parágrafo Quarto - O pagamento do resgate de cotas do **FUNDO** será realizado no 1º (primeiro) dia útil subsequente à data indicada no Quadro “**Emissão e Resgate**”, no item “**Pagamento - Resgate**”, nas “Condições Específicas” deste Regulamento.

Parágrafo Quinto- São considerados dias não úteis sábados, domingos e feriados de âmbito nacional, estadual e municipal na sede do **ADMINISTRADOR**.

Artigo 19 - A amortização e o resgate de cotas do **FUNDO** poderão ser efetuados em moeda corrente nacional, por meio de documento de ordem de crédito (DOC) ou transferência eletrônica disponível (TED) ou, ainda, através da Central de Custódia e Liquidação Financeira – CETIP.

Artigo 20 – O **FUNDO** poderá realizar o resgate compulsório de cotas, nos casos em que:

(i) a **GESTORA**, quando da alocação do Patrimônio Líquido, não identifique ativos financeiros oportunos para investimento pelo **FUNDO**, em razão de condições adversas de mercado, e que potencialmente possam comprometer o cumprimento do “**Objetivo do FUNDO**”, com a consequente entrega aos cotistas dos valores excedentes e não investidos, ou

(ii) o **FUNDO** não alcance um Patrimônio Líquido mínimo de R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais) dentro de 90 (noventa) dias a contar do início de suas atividades, com a consequente entrega aos cotistas dos valores investidos.

Parágrafo Único – O resgate compulsório de cotas de que se trata o Artigo 20, deverá ser realizado de forma equânime, simultânea e proporcional entre todos os cotistas e só poderá ser realizado quando não ensejar a cobrança de taxa de saída.

CAPÍTULO VIII DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Artigo 21 - O **FUNDO** terá escrituração contábil destacada da relativa ao **ADMINISTRADOR**.



Artigo 22 - O exercício social do **FUNDO** tem duração de 12 (doze) meses, de acordo com o Quadro "Exercício Social" constante das "Condições Específicas" deste Regulamento.

Artigo 23 – As demonstrações contábeis devem ser colocadas à disposição de qualquer interessado que as solicitar ao **ADMINISTRADOR**, no prazo máximo de 90 (noventa) dias após o encerramento do período.

Parágrafo Primeiro - As demonstrações financeiras anuais do **FUNDO** serão auditadas por auditor independente registrado na CVM.

Parágrafo Segundo- As deliberações relativas às demonstrações financeiras do **FUNDO** que não contiverem ressalvas podem ser consideradas automaticamente aprovadas caso a assembleia geral de cotistas correspondente não seja instalada em virtude do não comparecimento de quaisquer cotistas ou caso a eventual consulta formal quanto ao assunto não tenha sido respondida conforme procedimento indicado da convocação.

CAPÍTULO IX DA TRIBUTAÇÃO

Artigo 24 – A tributação aplicável aos cotistas do **FUNDO** e ao **FUNDO** será aquela definida pela legislação tributária brasileira. Poderá haver tratamento tributário diferente do disposto neste Capítulo. O cotista que de acordo com a legislação vigente não estiver sujeito à tributação do Imposto de Renda e do Imposto sobre Operações Financeiras ("IOF") por motivo de isenção, tributação pela alíquota zero, imunidade e outros, deverá apresentar ao **ADMINISTRADOR** documentação comprobatória da sua situação tributária conforme as determinações da legislação.

Artigo 25 - A situação tributária descrita neste Capítulo pode ser alterada a qualquer tempo, seja através da instituição de novos tributos, seja através de alteração das alíquotas vigentes.

Artigo 26 – Caso tenha sido indicado no Quadro "Tributação", que o "Tipo" do **FUNDO** é "Longo Prazo" ou "Busca Longo Prazo" constante das "Condições Específicas" deste Regulamento, o **FUNDO** terá sua carteira de títulos com prazo médio superior a 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias, e, **NO CASO DE O FUNDO SER CLASSIFICADO COMO "BUSCA LONGO PRAZO", NÃO HAVERÁ GARANTIA DE QUE O FUNDO TERÁ O TRATAMENTO TRIBUTÁRIO PARA FUNDOS LONGO PRAZO.**

Parágrafo Único – Os rendimentos obtidos pelos cotistas estão sujeitos à tributação de Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF), conforme segue:

I- Come Cotas: Os rendimentos apropriados semestralmente ("come-cotas semestral"), no último dia útil dos meses de maio e novembro de cada ano, serão tributados à alíquota de 15% (quinze por cento) e, por ocasião do resgate das cotas, será aplicada alíquota complementar de acordo com o item (II) abaixo.

II- Imposto de Renda no Resgate: No resgate, todo o rendimento produzido sofrerá a incidência do IRF às alíquotas de: (a) 22,5% (vinte dois e meio por cento), nos resgates efetuados até 180 (cento e oitenta) dias da data da aplicação; (b) 20% (vinte por cento), nos resgates efetuados após 180 (cento e oitenta) dias até 360 (trezentos e sessenta) dias da data da aplicação; (c) 17,5% (dezessete e meio por cento), nos resgates efetuados após 360 (trezentos e sessenta) dias até 720 (setecentos e vinte) dias da data da aplicação; e (d) 15% (quinze por cento), nos resgates efetuados após 720 (setecentos e vinte) dias da data da aplicação. Nesse momento, os valores adiantados quando da ocorrência dos come-cotas semestrais serão descontados para fins de determinação do montante a ser efetivamente recolhido aos cofres públicos.



III- IOF: Os resgates efetuados antes de 30 (trinta) dias da data da aplicação estão sujeitos à tributação à alíquota de 1% (um por cento) ao dia sobre o valor de resgate, limitado ao rendimento da operação, em função do prazo.

Artigo 27 – Caso o **FUNDO** se torne “Curto Prazo”, ao longo de seu período de funcionamento, em decorrência da composição dos Ativos Financeiros da carteira dos fundos investidos, considerar-se-a que o prazo médio da carteira do **FUNDO** é inferior a 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias.

Parágrafo Único – Nos termos da regulamentação em vigor, os rendimentos obtidos pelos cotistas estão sujeitos à tributação do Imposto de Renda na Fonte de acordo com o Regime Tributário e com o prazo de permanência dos recursos aplicados no fundo, conforme abaixo:

I- Come Cotas: Neste caso, nos termos da regulamentação em vigor, os rendimentos apropriados semestralmente (“come-cotas semestral”), no último dia útil dos meses de maio e novembro de cada ano, serão tributados à alíquota de 20% (vinte por cento) e, por ocasião do resgate das cotas, será aplicada alíquota complementar de acordo com o item (a) abaixo.

II- Imposto de Renda no Resgate: No resgate, todo o rendimento produzido sofrerá a incidência do IRF às alíquotas de: (a) 22,5% (vinte dois e meio por cento), nos resgates efetuados até 180 (cento e oitenta) dias da data da aplicação; (b) 20% (vinte por cento), nos resgates efetuados após 180 (cento e oitenta). Nessa ocasião, os valores adiantados quando da ocorrência dos come-cotas semestrais serão descontados para fins de determinação do montante a ser efetivamente recolhido aos cofres públicos.

III- IOF: Os resgates efetuados antes de 30 (trinta) dias da data da aplicação estão sujeitos à alíquota de 1% (um por cento) ao dia sobre o valor de resgate, limitado ao rendimento da operação, em função do prazo.

Artigo 28 – A tributação aplicável ao **FUNDO** será a seguinte:

I. Imposto de Renda (IR): A atual legislação fiscal estabelece que a carteira do **FUNDO** não está sujeita à incidência de Imposto de Renda.

II. IOF/Títulos: A atual legislação fiscal estabelece que os recursos do **FUNDO** não estão sujeitos à incidência do IOF/Títulos.

CAPÍTULO X DA POLÍTICA DE DISTRIBUIÇÃO DE RESULTADOS

Artigo 29 – Os rendimentos auferidos pelo **FUNDO**, incluindo lucros obtidos com negociações dos ativos, valores mobiliários e modalidades operacionais integrantes do **FUNDO** serão incorporados ao patrimônio líquido do **FUNDO** ou distribuídos proporcionalmente aos cotistas, conforme definido no Quadro “**Política de Distribuição de Resultados**”, constante das “Condições Específicas” deste Regulamento.

CAPÍTULO XI DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Artigo 30 - A forma de comunicação que será utilizada pelo **ADMINISTRADOR** com os cotistas para a divulgação das informações definidas na regulamentação, neste Regulamento e no Formulário de Informações Complementares será aquela a definida no Quadro “**Serviço de Atendimento ao Cotista**”, constante das “Condições Específicas” deste Regulamento.



Parágrafo Único- Se for definido no Quadro “**Serviço de Atendimento ao Cotista**”, que a “Forma de comunicação para a divulgação das informações” será “Eletrônica”, constante das “Condições Específicas” deste Regulamento, admite-se, nas hipóteses em que este Regulamento exija a “ciência”, “atesto”, “manifestação de voto” ou “concordância” dos Cotistas, que estes se deem por meio eletrônico, sem prejuízo de que a distribuição de cotas seja realizada também por meios diversos do eletrônico.

Artigo 31- O **ADMINISTRADOR** e qualquer empresa pertencente ao mesmo grupo econômico do **ADMINISTRADOR**, bem como seus diretores, gerentes e funcionários, poderão ter posições em, ou subscrever, ou operar com um ou mais ativos financeiros com os quais o **FUNDO** opere ou venha operar.

Artigo 32 - O **FUNDO** realizará as operações através de instituições autorizadas a operar no mercado de Ativos Financeiros, ligadas ou não a empresas que pertencem ao mesmo grupo econômico do **ADMINISTRADOR**, podendo adquirir, inclusive, títulos em novos lançamentos registrados para oferta pública ou privada que sejam coordenados, liberados ou de que participem as referidas empresas.

Artigo 33 – Em caso de morte, incapacidade ou extinção de cotista do **FUNDO**, o representante do espólio, do incapaz ou do sucessor exercerá os direitos e cumprirá as obrigações, perante o **ADMINISTRADOR**, que cabiam ao *de cujus* ou ao incapaz, observadas as prescrições legais.

Artigo 34 - Fica eleito o foro da Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir quaisquer dúvidas ou controvérsias relativas ao **FUNDO**, bem como questões decorrentes deste Regulamento.